

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	32
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	34
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	35
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	728.908.848
Preferenciais	1.457.817.696
<b>Total</b>	<b>2.186.726.544</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
1	Ativo Total	1.154.403	1.156.740
1.01	Ativo Circulante	140.032	156.650
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	22.081	88.191
1.01.02	Aplicações Financeiras	76.161	28.584
1.01.03	Contas a Receber	38.378	36.138
1.01.03.01	Clientes	38.378	36.138
1.01.03.01.01	Contas a Receber	38.376	36.126
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	2	12
1.01.06	Tributos a Recuperar	372	3.042
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.638	631
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	402	64
1.01.08.03	Outros	402	64
1.01.08.03.01	Outros Créditos	72	64
1.01.08.03.04	Adiantamento a Fornecedor	330	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.014.371	1.000.090
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.734	17.312
1.02.01.06	Tributos Diferidos	10.218	16.833
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	516	479
1.02.01.09.03	Depositos Judiciais e Outros	516	479
1.02.03	Imobilizado	16.510	17.416
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	13.938	14.495
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.572	2.921
1.02.04	Intangível	987.127	965.362

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2	Passivo Total	1.154.403	1.156.740
2.01	Passivo Circulante	153.488	219.135
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.512	6.826
2.01.02	Fornecedores	20.929	31.800
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20.913	31.748
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	16	52
2.01.03	Obrigações Fiscais	19.550	35.687
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.381	35.687
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	11.306	0
2.01.03.01.04	Impostos e Contribuições a Recolher	4.075	35.687
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.169	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	11.592	4.139
2.01.04.02	Debêntures	11.592	4.139
2.01.05	Outras Obrigações	36.068	71.107
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	27.997	62.770
2.01.05.02	Outros	8.071	8.337
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	5.275	5.092
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	2.796	3.245
2.01.06	Provisões	57.837	69.576
2.01.06.02	Outras Provisões	57.837	69.576
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	57.837	69.576
2.02	Passivo Não Circulante	696.651	693.356
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	659.173	652.403
2.02.01.02	Debêntures	659.173	652.403
2.02.02	Outras Obrigações	105	114
2.02.04	Provisões	37.373	40.839
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.555	2.025
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.019	1.008
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.536	1.017
2.02.04.02	Outras Provisões	34.818	38.814
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	34.818	38.814
2.03	Patrimônio Líquido	304.264	244.249
2.03.01	Capital Social Realizado	200.208	200.208
2.03.04	Reservas de Lucros	44.041	44.041
2.03.04.01	Reserva Legal	11.329	11.329
2.03.04.02	Reserva Estatutária	8.713	8.713
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	23.999	23.999
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	60.015	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	243.789	225.385
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-130.822	-110.222
3.02.01	Custo de Construção	-58.596	-48.134
3.02.02	Provisão de Manutenção	-6.578	-9.336
3.02.03	Depreciação e Amortização	-43.576	-31.383
3.02.04	Custo com Obrigações com o Poder Concedente	-3.815	-4.203
3.02.05	Serviços	-7.958	-6.849
3.02.06	Custo com Pessoal	-6.858	-6.717
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-2.430	-2.819
3.02.08	Outros	-1.011	-781
3.03	Resultado Bruto	112.967	115.163
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.874	-9.222
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.150	-9.186
3.04.02.01	Despesas com pessoal	-2.770	-2.275
3.04.02.02	Serviços	-3.647	-3.553
3.04.02.03	Materiais, equipamentos e veículos	-106	-137
3.04.02.04	Depreciação e amortização	-457	-436
3.04.02.05	Outros	-3.170	-2.785
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	429	85
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-153	-121
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	103.093	105.941
3.06	Resultado Financeiro	-10.721	-12.656
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	92.372	93.285
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-32.357	-31.875
3.08.01	Corrente	-25.742	-36.235
3.08.02	Diferido	-6.615	4.360
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	60.015	61.410
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	60.015	61.410
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,02726	0,02808
3.99.01.02	PN	0,02754	0,02808
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,02726	0,02808
3.99.02.02	PN	0,02754	0,02808

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	60.015	61.410
4.03	Resultado Abrangente do Período	60.015	61.410

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	75.569	79.038
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	130.393	114.100
6.01.01.01	Lucro líquido do período	60.015	61.410
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.615	-4.360
6.01.01.04	Depreciação e amortização	44.033	31.819
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado e intangível	155	120
6.01.01.07	Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	0	-8.343
6.01.01.09	Juros e variações monetárias sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	14.376	7.740
6.01.01.10	Capitalização de custo de empréstimos	-5.690	-1.435
6.01.01.11	Resultado de operações com derivativos	0	13.003
6.01.01.12	Constituição (reversão) da provisão de manutenção	6.578	9.336
6.01.01.13	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	3.056	4.259
6.01.01.14	Constituição (reversão) e juros sobre riscos cíveis	1.255	551
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-54.824	-35.062
6.01.02.01	Contas a receber	-2.250	-905
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	10	-4
6.01.02.03	Tributos a recuperar	2.670	2.303
6.01.02.06	Despesas antecipadas e outras	-2.052	-1.620
6.01.02.07	Adiantamento a fornecedores	-330	2
6.01.02.08	Fornecedores	-10.871	-6.534
6.01.02.09	Fornecedores - partes relacionadas	-181	2.307
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	19.371	33.472
6.01.02.11	Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	-35.508	-58.720
6.01.02.12	Realização provisão de manutenção	-25.369	-3.354
6.01.02.14	Obrigações sociais e trabalhistas	686	797
6.01.02.15	Outras contas a pagar	-275	-2.796
6.01.02.16	Liquidação da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-725	-10
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-141.526	-57.653
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	-916	-1.300
6.02.03	Adições do ativo intangível	-93.191	-58.998
6.02.04	Outros de ativo imobilizado e intangível	158	2.645
6.02.10	Aplicações financeiras	-47.577	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-153	-6.018
6.03.02	Liquidação de operações com derivativos	0	-4.879
6.03.04	Empréstimo, financiamento e debêntures (custo de transação incorrido)	-153	-75
6.03.05	Empréstimo, financiamento e debêntures (pagamentos de principal)	0	-15
6.03.06	Empréstimo, financiamento e debêntures (pagamentos de juros)	0	-1.049
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-66.110	15.367
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	88.191	103.040
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	22.081	118.407

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	200.208	0	44.041	0	0	244.249
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	200.208	0	44.041	0	0	244.249
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	60.015	0	60.015
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	60.015	0	60.015
5.07	Saldos Finais	200.208	0	44.041	60.015	0	304.264



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	174.093	0	38.425	0	0	212.518
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	174.093	0	38.425	0	0	212.518
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	61.410	0	61.410
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	61.410	0	61.410
5.07	Saldos Finais	174.093	0	38.425	61.410	0	273.928

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
7.01	Receitas	267.245	243.827
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	261.555	242.392
7.01.02	Outras Receitas	5.690	1.435
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-86.740	-78.391
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-14.511	-14.318
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.055	-6.603
7.02.04	Outros	-65.174	-57.470
7.02.04.01	Custo de Construção	-58.596	-48.134
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-6.578	-9.336
7.03	Valor Adicionado Bruto	180.505	165.436
7.04	Retenções	-44.033	-31.819
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-44.033	-31.819
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	136.472	133.617
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.269	14.726
7.06.02	Receitas Financeiras	1.269	14.726
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	137.741	148.343
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	137.741	148.343
7.08.01	Pessoal	8.403	7.941
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.886	5.556
7.08.01.02	Benefícios	2.107	2.029
7.08.01.03	F.G.T.S.	317	279
7.08.01.04	Outros	93	77
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	51.356	50.072
7.08.02.01	Federais	41.059	40.231
7.08.02.02	Estaduais	117	115
7.08.02.03	Municipais	10.180	9.726
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.967	28.920
7.08.03.01	Juros	17.625	28.611
7.08.03.02	Aluguéis	342	309
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	60.015	61.410
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	60.015	61.410

## Comentário do Desempenho

### 1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL

#### Janeiro a Março/2018

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente, o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 1T17.

#### 1.1 - Principais indicadores:

- A receita líquida operacional alcançou R\$ 185,2 milhões (+4,5%);
- O EBIT atingiu R\$ 103,1 milhões (-2,7%) e a margem EBIT ajustada 55,67% (-4,10 p.p);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 153 milhões (+4,5%) e a margem EBITDA ajustada 83,00% (0,01 p.p);
- O lucro líquido atingiu R\$ 60 milhões (-2,3%).

<b>Indicadores (R\$ MM)</b>	<b>1T18</b>	<b>1T17</b>	<b>Var.%</b>
Receita líquida operacional*	185.193	177.251	4,5%
EBIT	103.093	105.941	-2,7%
<i>Margem EBIT (ajustada)</i>	55,67%	59,77%	-4,10 p.p
EBITDA (ajustado)	153.704	147.096	4,5%
<i>Margem EBITDA (ajustada)</i>	83,00%	82,99%	0,01 p.p
Lucro líquido	60.015	61.410	-2,3%

\*Receita líquida operacional é a soma da Receita de pedágio com a receita acessória deduzindo os tributos. Não inclui receita de construção.

#### 1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq<sup>1</sup>)

<b>Em unid. (Veq<sup>1</sup>)</b>	<b>1T18</b>	<b>1T17</b>	<b>Var.%</b>
Veículos equivalentes	23.225.397	22.891.625	1,46%
Veículos de passeio (Eq)	5.397.447	5.320.064	1,45%
Veículos comerciais (Eq)	17.827.950	17.571.561	1,46%

(Veq<sup>1</sup>) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

#### Tráfego consolidado (1,46%)

O tráfego consolidado apresentou um acréscimo de 1,46% sobre o mesmo período de 2017.

## Comentário do Desempenho

### Veículos de passeio (1,45%)

A categoria apresentou um aumento de 1,45% no 1T18 em comparação ao mesmo período do ano anterior. O resultado é consequência do deslocamento do feriado de páscoa que ocorreu em abril no ano passado e este ano aconteceu no final de março.

### Veículos comerciais (1,46%)

A categoria de pesados apresentou um acréscimo de 1,46% no 1T18 em comparação ao mesmo período do ano anterior. O grande avanço do trimestre decorre do mês de janeiro que teve grande escoamento das *commodities* soja e milho, consequência dos preços bons e estoques que precisavam ser comercializados.

### 1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

Conforme o Contrato de Concessão 075/97 assinado entre o Estado do Paraná, por intermédio do Departamento de Estradas e Rodagem – DER e a Companhia (cláusula XIX – Do reajuste da tarifa básica), a tarifa de pedágio foi reajustada no dia 01 de dezembro de 2017, com base na variação acumulada dos índices de reajuste da fórmula paramétrica dispostos na Cláusula acima.

### 1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

#### Receita bruta operacional

<b>Receita Bruta Operacional (R\$ mil)</b>	<b>1T18</b>	<b>1T17</b>	<b>Var.%</b>
Receita de pedágio	199.420	190.729	4,56%
Receitas acessórias	3.539	3.529	0,28%
<b>Receita bruta operacional total</b>	<b>202.959</b>	<b>194.258</b>	<b>4,48%</b>

#### Receita de construção

<b>Receita bruta de construção (R\$ mil)</b>	<b>1T18</b>	<b>1T17</b>	<b>Var.%</b>
Total	58.596	48.134	21,74%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (RI), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Concessão. Receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

O 1T18 apresentou um aumento da receita de construção devido às novas frentes de obras de duplicação da BR 376, que atualmente conta com 8 frentes de trabalho, e na PR 151, que possui 3 frentes de trabalho.

## Comentário do Desempenho

### Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 1T18 (conforme demonstrado no quadro 1.1) ficou 4,5% superior em relação ao mesmo período do ano anterior.

As deduções sobre a receita operacional bruta são compostas pelo recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual é de 8,65% sobre a receita de pedágio.

### Custos e despesas totais

<b>Custos (R\$ mil)</b>	<b>1T18</b>	<b>1T17</b>	<b>Var.%</b>
Custo de construção	58.596	48.134	21,7%
Provisão de manutenção	6.578	9.336	-29,5%
Depreciação e amortização	44.033	31.819	38,4%
Serviços de terceiros	11.605	10.402	11,6%
Pessoal	9.628	8.992	7,1%
Materiais, equipamentos e veículos	2.536	2.956	-14,2%
Outros	7.996	7.769	2,9%
<b>Custos totais</b>	<b>140.972</b>	<b>119.408</b>	<b>18,1%</b>

Os custos e a despesas totais da Concessionária tiveram um acréscimo de 18,1% no 1T18, alcançando o valor de R\$ 140,9 milhões.

**Custo de construção:** Os custos de construção sofreram um aumento de 21,7% no 1T18 comparado ao 1T17. Esta alteração reflete o cronograma de investimentos do período.

**Provisão de manutenção:** A provisão de manutenção teve um decréscimo de 29,5% no 1T18, consequência de maiores valores planejados no período anterior, que reflete o cronograma de manutenção de pavimento da Companhia.

**Depreciação e amortização:** O aumento das despesas no 1T18, em comparação ao 1T17 se deve ao aumento no valor da amortização, decorrente do incremento das obras.

**Serviços de Terceiros:** Os valores do 1T18 estão 11,6% superiores ao 1T17, principalmente em razão de variação em serviços de tecnologia da informação ocorridos no período atual.

**Pessoal:** Os custos de pessoal estão 7,1% maiores que no 1T17, devido principalmente a ajustes de quadro de pessoal realizados no período atual.

**Materiais, Equipamentos e Veículos:** Os valores do 1T18 estão 14,2% inferiores ao 1T17. O resultado é reflexo da redução do consumo no período atual principalmente com material de conservação.

**Outros:** Os valores do 1T18 estão 2,9% superiores ao 1T17, consequência de gastos diversos relacionados a comunicação.

**Comentário do Desempenho****EBITDA**

<b>Reconciliação EBITDA ajustado (R\$ MM)</b>	<b>1T18</b>	<b>1T17</b>	<b>Var.%</b>
Lucro líquido	60.015	61.410	-2,3%
(+) IR/CS	32.357	31.875	1,5%
(+) Resultado financeiro líquido	10.721	12.656	-15,3%
(+) Depreciação e amortização	44.033	31.819	38,4%
<i>EBITDA (a)</i>	<i>147.126</i>	<i>137.760</i>	<i>6,8%</i>
<i>Margem EBITDA (a)</i>	<i>60,35%</i>	<i>61,12%</i>	<i>-0,8 p.p</i>
(+) Provisão de manutenção (b)	6.578	9.336	-29,5%
<i>EBITDA ajustado</i>	<i>153.704</i>	<i>147.096</i>	<i>4,5%</i>
<i>Margem EBITDA ajustada (c)</i>	<i>83,00%</i>	<i>82,99%</i>	<i>0,0 p.p</i>

**EBIT**

<b>Reconciliação EBIT ajustado (R\$ MM)</b>	<b>1T18</b>	<b>1T17</b>	<b>Var.%</b>
Lucro líquido	60.015	61.410	-2,3%
(+) IR/CS	32.357	31.875	1,5%
(+) Resultado financeiro líquido	10.721	12.656	-15,3%
<i>EBIT (a)</i>	<i>103.093</i>	<i>105.941</i>	<i>-2,7%</i>
<i>Margem EBIT (a)</i>	<i>42,29%</i>	<i>47,00%</i>	<i>-4,7 p.p</i>
(+) Provisão de manutenção (b)	6.578	9.336	-29,5%
<i>EBIT ajustado</i>	<i>109.671</i>	<i>115.277</i>	<i>-4,9%</i>
<i>Margem EBIT ajustada (c)</i>	<i>55,67%</i>	<i>59,77%</i>	<i>-4,1 p.p</i>

(a) Cálculo efetuado segundo a Instrução CVM527/2012.

(b) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA pelas receitas líquidas, excluídas as receitas de construção.

## Comentário do Desempenho

### Resultado financeiro líquido

<b>Resultado financeiro líquido (R\$ MM)</b>	<b>1T18</b>	<b>1T17</b>	<b>Var.%</b>
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(11.990)</b>	<b>(27.382)</b>	<b>-56,2%</b>
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(9.717)	(4.919)	97,5%
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.659)	(2.821)	65,2%
Variações cambiais sobre empréstimos	0	(2.187)	-100,0%
Perda com operações de derivativos	0	(13.665)	-100,0%
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(3.056)	(4.259)	-28,2%
Capitalização de custos dos empréstimos	5.690	1.435	296,5%
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	0	(677)	100,0%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(248)	(289)	-14,2%
<b>Receitas financeiras</b>	<b>1.269</b>	<b>14.726</b>	<b>-91,4%</b>
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	0	10.530	100,0%
Ganho com operações de hedge	0	1.339	-100,0%
Rendimento sobre aplicações Financeiras	1.186	2.770	-57,2%
Juros e outras receitas financeiras	82	85	-3,5%
Variações Cambiais s/Fornecedores estrangeiros	1	2	-50,0%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(10.721)</b>	<b>(12.656)</b>	<b>-15,3%</b>

O resultado financeiro líquido no 1T18 foi -15,3% menor que o mesmo período do ano anterior. A variação do resultado financeiro reflete a queda nas taxas de CDI nos períodos em questão e da liquidação de empréstimo estrangeiro da Companhia em dezembro de 2017.

## 2. Investimentos

A Concessionária segue cumprindo o Programa de Concessão, com destaque para as obras de duplicação da BR 376, região de Ponta Grossa a Apucarana e PR 151, região de Piraí do Sul e Jaguariáiva.

## 3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

<b>Total de Acidentes (un)</b>	<b>1T18</b>	<b>1T17</b>	<b>Var.%</b>
Índice de acidentes (Ia)*	1,107	1,148	-3,57%
Índice de feridos (If)**	54,405	84,546	-35,65%

\*Ia=(Número de Acidentes x 10<sup>6</sup>)/(Extensão x VDM x Período)

\*\*If=(Número de Vítimas Feridas x 10<sup>8</sup>)/(Extensão x VDM x Período)

## **Comentário do Desempenho**

### **4. Considerações Finais**

As informações financeiras trimestrais (ITR) da RODONORTE – Concessionária de Rod. Integradas S.A, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios de legislação societária brasileiras, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

**A Diretoria.**



## Notas Explicativas

### Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 31 de março de 2018

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 1. Contexto operacional

##### a. Constituição e objeto

A Companhia foi constituída em 3 de novembro de 1997, com sede na Rua Afonso Pena nº 87 Vila Estrela, Ponta Grossa/PR e tem por objetivo a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração do lote n.º 5 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, com um total de 567,8 quilômetros, mediante cobrança de pedágio, inclusive prestando serviços de socorro médico, serviços de guincho e reboque de veículos, serviços de informação ao usuário e demais atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, durante o prazo de 24 anos, ou seja, até 27 de novembro de 2021.

O lote n.º 5 é constituído pelas rodovias: (i) BR-376, entre Apucarana e São Luís do Purunã, passando por Ponta Grossa; (ii) BR-277, entre São Luís do Purunã e Curitiba; (iii) PR-151, entre Jaguariaíva e Ponta Grossa; e (iv) pelos trechos rodoviários de acessos àquelas rodovias.

O contrato de concessão do lote, não oneroso, prevê a obrigação de realização de investimentos.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 24 de junho de 1998, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais”, conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de dezembro.

##### Processo de investigação

Em 23 de fevereiro de 2018, foram veiculadas matérias na imprensa noticiando que a CCR S.A., sua controladora e determinadas companhias integrantes do grupo CCR foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. O assunto foi objeto de Comunicado ao Mercado pela controladora CCR S.A., divulgado em 24 de fevereiro de 2018.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração, da controladora CCR S.A., de 28 de fevereiro de 2018, foi deliberada a criação de um Comitê Independente que – em conjunto com assessores jurídicos e com uma empresa internacional de consultoria especializada em investigação corporativa – iniciou o procedimento de investigação para a apuração dos fatos noticiados e eventuais fatos conexos que poderão ou não envolver outras empresas do Grupo.

Em 28 de fevereiro e 12 de março de 2018, a controladora CCR S.A., divulgou fatos relevantes informando ao mercado não só a criação do Comitê Independente, como sua composição e a seleção pelo Comitê Independente dos seus assessores jurídicos e de empresa internacional de consultoria especializada na realização de processos de investigação corporativa, como acima referido. Como divulgado no Fato Relevante de 28 de fevereiro, as conclusões do Comitê Independente serão submetidas ao Conselho de Administração, da controladora CCR S.A., que deliberará quanto às medidas necessárias a serem tomadas.

Em 3 de maio de 2018, a controladora CCR S.A. recebeu do Ministério Público do Estado de São Paulo, pedido de informações, no âmbito de Inquérito Civil, sobre os fatos noticiados pela imprensa. O prazo para resposta à referida solicitação é o dia 14 de maio de 2018.

## Notas Explicativas

As investigações conduzidas pelo Comitê Independente ainda estão em andamento e, portanto, não é possível determinar se, ao final dos trabalhos, serão revelados fatos que possam trazer impactos à Companhia.

Com base nos elementos que possui até o momento, a Companhia e sua controladora CCR S.A., em conjunto com seus assessores jurídicos e consultores especializados, efetuou avaliação sobre eventuais efeitos nas suas informações trimestrais da Companhia e concluiu que os fatos veiculados, se ocorreram, não trariam efeitos materiais às mesmas.

A Companhia está sujeita à Lei 12.846 e, se fatos conexos forem revelados, poderá ter efeitos materiais sobre a posição financeira, os resultados das operações e fluxos de caixa futuros da Companhia. Entretanto, no momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventual provisão para contingências sobre este assunto informações trimestrais.

### **b. Outras informações relevantes**

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2018, não ocorreram alterações nos processos que envolvem as Companhia.

## **2. Apresentação das ITR**

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB"), e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e especificamente o CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 - Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 10 de maio de 2018, foi autorizado pela Administração da Companhia a conclusão destas ITRs..

## **3. Principais práticas contábeis**

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2018, dos Pronunciamentos CPC 47 / IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes e CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

### **CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contratos com cliente**

O CPC 47 / IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, (substituindo as normas anteriores que dispunham sobre o reconhecimento de receitas: CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e CPC 30 - Programas de Fidelidade com o Cliente). Em resumo, foi estabelecido um modelo de cinco etapas para a contabilização de receitas, de tal forma que é reconhecida por um valor

## Notas Explicativas

que reflete a contrapartida que a entidade espera ter o direito em troca da transferência de controle dos bens e/ou serviços para um cliente.

O CPC 47/ IFRS 15 não teve impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia.

### CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros (substituindo o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

#### i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo, demonstrando as categorias de mensuração até então vigentes no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias requeridas para mensuração no CPC 48 / IFRS 9, para cada classe de ativos financeiros da Companhia, em 1º de janeiro de 2018.

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/ IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/ IFRS 9
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	36.126	36.126
Contas a receber - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	12	12

#### ii. Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de perda incorrida do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar – operações com derivativos e alguns empréstimos e financiamentos e debêntures. A aplicação do *impairment* de ativos financeiros com base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional nas informações financeiras da Companhia, no momento da adoção da nova norma.

#### iii. Contabilidade de hedge

A Companhia optou por adotar o novo modelo de contabilidade de *hedge* do CPC 48 / IFRS 9. Isso exige que a Companhia assegure que as relações de *hedge* estejam alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A aplicação da contabilidade de *hedge* de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 não teve impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia.

## 4. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

## Notas Explicativas

### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 31 de março de 2018, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 13.456 (R\$ 62.485 em 31 de dezembro de 2017), substancialmente composto por provisão de manutenção, passivos com partes relacionadas, detalhados nas notas explicativas nº 09 e 15. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas e negociando novas captações com o objetivo de fazer frente aos investimentos previstos.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixas e bancos	4.829	5.928
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>17.252</u>	<u>82.263</u>
	<u>22.081</u>	<u>88.191</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>76.161</u>	<u>28.584</u>
	<u><u>76.161</u></u>	<u><u>28.584</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,13% do CDI, equivalente a 6,67% ao ano (99,32% do CDI, equivalente a 9,83% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2017).

### 7. Contas a receber

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Circulante</b>		
Receitas acessórias (a)	2.913	3.596
Pedágio eletrônico – outros (b)	<u>36.356</u>	<u>33.423</u>
	<u>39.269</u>	<u>37.019</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(893)</u>	<u>(893)</u>
	<u>38.376</u>	<u>36.126</u>
<b>Não Circulante</b>		
Receitas acessórias (a)	<u>2.118</u>	<u>2.118</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(2.118)</u>	<u>(2.118)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

### Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos a vencer	37.313	36.086
Créditos vencidos até 60 dias	1.063	40
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>3.011</u>	<u>3.011</u>
Total de contas a receber	<u><u>41.387</u></u>	<u><u>39.137</u></u>

## Notas Explicativas

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) A provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada para o negócio da Companhia.

### 8. Imposto de renda e contribuição social

#### a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u> (Reclassificado) (*)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	92.372	93.285
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(31.406)	(31.717)
<b>Efeito tributário das adições e exclusões permanentes</b>		
Despesas indedutíveis	(29)	(256)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(50)	(46)
Incentivos relativos ao imposto de renda	145	139
Ajustes tributários	<u>(1.017)</u>	<u>5</u>
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<u>(32.357)</u>	<u>(31.875)</u>
Impostos correntes	(25.742)	(36.235)
Impostos diferidos	<u>(6.615)</u>	<u>4.360</u>
	<u>(32.357)</u>	<u>(31.875)</u>
<b>Alíquota efetiva de impostos</b>	<u>35%</u>	<u>34%</u>

(\*) Reclassificação da abertura entre linhas para melhor apresentação.

#### b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Bases ativas</b>		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	37.075	39.478
Constituição da provisão de manutenção	31.503	36.854
Provisão para perda esperada - contas a receber	1.024	1.024
Variação cambial	-	1.021
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	868	688
Provisão para participação nos resultados (PLR)	847	649
Outros ajustes tributários	<u>11</u>	<u>3</u>
	<u>71.328</u>	<u>79.717</u>
<b>Bases passivas</b>		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	<u>(61.110)</u>	<u>(62.884)</u>
	<u>(61.110)</u>	<u>(62.884)</u>
<b>Ativo diferido líquido</b>	<u>10.218</u>	<u>16.833</u>

## Notas Explicativas

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

### 9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados do trimestre findo em 31 de março de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações		Saldos	
	Serviços Prestados	Intangível	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores e contas a pagar
<b>Controladora</b>				
CCR	1.452 (a)	-	1 (f)	470 (a)
<b>Outras partes relacionadas</b>				
CPC	2.490 (b)	467 (b)	1 (f)	866 (b)
Cesbe	-	-	-	97 (c)
Camargo Corrêa S.A.	-	-	-	1.142 (c)
Construtora Andrade Gutierrez	-	-	-	1.291 (c)
J.Maluelli	-	27.342 (d)	-	13.857 (d)
Serveng	-	16.808 (e)	-	10.274 (e)
Total circulante, 31 de março de 2018			2	27.997
Total, 31 de março de 2018	3.942	44.617	2	27.997
Total circulante, 31 de dezembro de 2017			12	62.770
Total, 31 de março de 2017	2.849	20.640	12	62.770

### Despesas com profissionais chave da administração

	31/03/2018	31/03/2017
Remuneração (g):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	444	436
Outros benefícios:		
Provisão para remuneração variável		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	214	182
Previdência privada	28	27
Seguro de vida	1	1
	687	646

### Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	31/03/2018	31/12/2017
Remuneração dos administradores (g)	1.089	907

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 09 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria da Companhia no montante de R\$ 4.100, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros:

## Notas Explicativas

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao faturamento;
- (c) Retenções de parte das verbas de mobilização das empresas que foram responsáveis pela execução das obras de recuperação inicial da concessão, em função da postergação dos investimentos no cronograma contratual;
- (d) Prestação de serviços por empreitada a preço global de obra de duplicação da rodovia BR-376, compreendendo a construção de nova pista e recuperação da pista existente (RodoNorte), com vigência até a 25 de junho de 2021;
- (e) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, cujos pagamentos ocorrem até o 10º dia do mês seguinte;
- (f) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores.
- (g) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas; e

### 10. Ativo Imobilizado

#### Movimentação do custo

	31/12/2017		31/03/2018			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Móveis e utensílios	2.921	-	(90)	11	-	2.842
Máquinas e equipamentos	7.608	-	(117)	204	(46)	7.649
Veículos	14.257	-	(150)	399	(112)	14.394
Instalações e Edificações	126	-	-	-	-	126
Equipamentos operacionais	29.382	-	(400)	584	-	29.566
Imobilizações em andamento	2.921	966	-	(1.315)	-	2.572
	<u>57.215</u>	<u>966</u>	<u>(757)</u>	<u>(117)</u>	<u>(158)</u>	<u>57.149</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 50 no trimestre findo em 31 de março de 2018 (R\$ 40 no trimestre findo em 31 de março 2017). A taxa média de capitalização no trimestre foi de 0,43% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,17% a.m. no 1º trimestre de 2017.

#### Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2017		31/03/2018	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(2.075)	(59)	69	(2.065)
Máquinas e equipamentos	11	(5.474)	(201)	108	(5.567)
Veículos	25	(10.016)	(476)	51	(10.441)
Instalações e Edificações	6	(50)	(4)	-	(54)
Equipamentos operacionais	13	(22.184)	(702)	374	(22.512)
		<u>(39.799)</u>	<u>(1.442)</u>	<u>602</u>	<u>(40.639)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
- (b) Obrigação com o Poder concedente (DER), verba da polícia Rodoviária.

## Notas Explicativas

### 11. Intangível

#### Movimentação do custo

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/03/2018</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências(a)</u>	<u>Saldo final</u>
Direitos de exploração da infraestrutura	1.602.384	64.239	-	1.666.623
Direitos de uso de sistemas informatizados	8.486	-	115	8.601
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.086	-	2	1.088
	<u>1.611.956</u>	<u>64.239</u>	<u>117</u>	<u>1.676.312</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 5.640 no trimestre findo em 31 de março de 2018 (R\$ 1.395 no trimestre findo em 31 de março de 2017). A taxa média de capitalização nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017 foram de 0,43% a.m. e 0,17% (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures).

#### Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	<u>31/12/2017</u>	<u>31/03/2018</u>	
		<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo final</u>
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(638.531)	(42.438)	(680.969)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(6.977)	(153)	(7.130)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(1.086)	-	(1.086)
		<u>(646.594)</u>	<u>(42.591)</u>	<u>(689.185)</u>

(\*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

### 12. Fornecedores

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Circulante</b>		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	13.178	24.400
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	16	52
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>7.735</u>	<u>7.348</u>
	<u>20.929</u>	<u>31.800</u>

(a) Refere-se principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.



## Notas Explicativas

### 13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 31/03/2018	Vencimento final	31/03/2018	31/12/2017
1. 4a Emissão - Série 1	IPCA +5,691% a.a.	5,8502% (a)	1.254	437	Outubro de 2019	164.941	160.942 (c)
2. 5a Emissão - Série 1	IPCA +6,06% a.a.	6,3483% (a)	1.185	904	Novembro de 2021	105.566	102.891 (d)
3. 6a Emissão - Série 1	106,50% do CDI	0,2462% (b)	1.661	1.438	Novembro de 2020	225.215	221.386 (d)
4. 6a Emissão - Série 2	IPCA + 4,4963% a.a.	4,6905% (a)	1.218	1.175	Novembro de 2021	175.043	171.323 (d)
<b>Total geral</b>				<u>3.954</u>		<u>670.765</u>	<u>656.542</u>
						<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Circulante</b>							
Debêntures						12.910	5.400
Custos de transação						(1.318)	(1.261)
						<u>11.592</u>	<u>4.139</u>
<b>Não Circulante</b>							
Debêntures						661.809	655.271
Custos de transação						(2.636)	(2.868)
						<u>659.173</u>	<u>652.403</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

#### Garantias:

- (c) Não existem garantias.
- (d) Garantia real.

#### Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>31/03/2018</u>
<b>2019</b>	161.359
<b>2020</b>	220.000
<b>2021</b>	<u>280.450</u>
	<u><u>661.809</u></u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação. Neste trimestre findo em 31 de março de 2018, não houve contratações de novas operações e renegociações de operações anteriores.

Para maiores detalhes sobre as demais debêntures, vide nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

## Notas Explicativas

### 14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	31/12/2017		31/03/2018		
	Saldo inicial	Constituição	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetárias	Saldo final
<b>Não circulante</b>					
Cíveis e administrativos	1.017	555	(129)	93	1.536
Trabalhistas e previdenciários	1.008	177	(248)	82	1.019
	<u>2.025</u>	<u>732</u>	<u>(377)</u>	<u>175</u>	<u>2.555</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos no trimestre findo em 31 de março de 2018, nas esferas cíveis e trabalhistas, nos montantes de R\$ 196 e R\$ 152, respectivamente (R\$ 137 e R\$ 18, respectivamente, no trimestre findo em 31 de março de 2017).

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	31/03/2018	31/12/2017
Cíveis e administrativos	95.766	94.530
Trabalhistas e previdenciários	444	441
	<u>96.210</u>	<u>94.971</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de março de 2018 é de R\$ 514 (R\$ 514 em 31 de dezembro de 2017).

### 15. Provisão de manutenção

	31/12/2017		31/03/2018			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	69.576	4.585	2.132	(25.369)	6.913	57.837
Não circulante	38.814	1.993	924	-	(6.913)	34.818
	<u>108.390</u>	<u>6.578</u>	<u>3.056</u>	<u>(25.369)</u>	<u>-</u>	<u>92.655</u>

As taxas anuais de 2017 e 2018, para cálculo do valor presente, foram de 13,93% e 7,77%, respectivamente.

## Notas Explicativas

### 16. Patrimônio líquido

#### a. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do exercício	60.015	61.410
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações ordinárias	728.908.848	728.908.848
Média ponderada de ações preferenciais	<u>1.457.817.696</u>	<u>1.457.817.696</u>
Média ponderada total de ações	2.186.726.544	2.186.726.544
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$	0,02726	0,02808
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$	0,02754	0,02808

### 17. Receitas

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Receitas de pedágio	199.420	190.729
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	58.596	48.134
Receitas acessórias e administrativas	<u>3.539</u>	<u>3.529</u>
<b>Receita bruta</b>	261.555	242.392
Impostos sobre receitas	(17.573)	(16.802)
Devoluções e abatimentos	<u>(193)</u>	<u>(205)</u>
<b>Deduções das receitas brutas</b>	(17.766)	(17.007)
<b>Receita líquida</b>	<u><u>243.789</u></u>	<u><u>225.385</u></u>

## Notas Explicativas

### 18. Resultado financeiro

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(9.717)	(4.919)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.659)	(2.821)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	(2.187)
Perda com operações de derivativos	-	(13.665)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(3.056)	(4.259)
Capitalização de custos dos empréstimos	5.690	1.435
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	-	(677)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(248)	(289)
	<u>(11.990)</u>	<u>(27.382)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	10.530
Ganho com operações de derivativos	-	1.339
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.186	2.770
Juros e outras receitas financeiras	83	87
	<u>1.269</u>	<u>14.726</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(10.721)</u>	<u>(12.656)</u>

### 19. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

#### Instrumentos financeiros por categoria

	31/03/2018			31/12/2017		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras	93.413	-	-	110.847	-	-
Contas a receber	-	38.376	-	-	36.126	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	2	-	-	12	-
<b>Passivos</b>						
Debêntures (a)	-	-	(670.765)	-	-	(656.542)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(23.830)	-	-	(35.159)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(27.997)	-	-	(62.770)
Outas obrigações com o Poder Concedente	-	-	(5.275)	-	-	(5.092)
	<u>93.413</u>	<u>38.378</u>	<u>(727.867)</u>	<u>110.847</u>	<u>36.138</u>	<u>(759.563)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** – São definidas como ativos financeiros a valor justo através do resultado. O valor justo poderia ser considerado como semelhante ao valor contábil, uma vez que

## Notas Explicativas

o risco de crédito das contrapartes (instituições financeiras de primeira linha) não produziria diferenças significativas entre ambos.

- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar e obrigações com o poder concedente** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado:** Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos de pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	<u>31/03/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Debêntures (a) (b)	674.719	696.212	660.671	676.595

(a) Os Valores contábeis estão brutos do custo de transação

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras	93.413	110.847

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### Instrumentos financeiros derivativos

Em 2017, as operações com derivativos contratadas tinham por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor, sem caráter especulativo. Dessa forma, foram caracterizados como instrumentos de *hedge* e registrado pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* visando mitigar totalmente o risco cambial dos fluxos de caixa de seus empréstimos em moeda estrangeira.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão e liquidados em 13 de dezembro de 2017.

## Notas Explicativas

### Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Riscos cambiais	-	(12.326)

### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 375, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram consideradas nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicação financeira com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2019 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (5)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
<b>Passivos Financeiros</b>						
Debêntures - 4ª Emissão	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	165.378	(14.097)	(15.269)	(16.440)
Debêntures - 5ª Emissão	Aumento do IPC-A	Novembro de 2021	106.470	(9.479)	(10.236)	(10.993)
Debêntures - 6ª Emissão - 1ª Série	Aumento do CDI	Novembro de 2020	226.653	(15.329)	(19.170)	(23.013)
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	Aumento do IPC-A	Novembro de 2021	176.218	(12.860)	(14.094)	(15.328)
Aplicação financeira (MenkarII)	Diminuição do CDI (4)		93.405	6.133	7.668	9.203
<b>Efeito líquido</b>				<b>(45.632)</b>	<b>(51.101)</b>	<b>(56.571)</b>
As taxas de juros considerada foram (1):						
	CDI (2)			6,39%	7,99%	9,59%
	IPC-A (3)			2,68%	3,35%	4,02%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 29/03/2018, divulgada pela B3/CETIP;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Saldo líquido. O conceito aplicado para aplicação financeira é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira; e
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/03/2018, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

## Notas Explicativas

### 20. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

#### a. Compromissos relativos à concessão

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Compromisso de investimento	<u>774.203</u>	<u>858.976</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviços e casos em discussão para reequilíbrio.

### 21. Demonstração do fluxo de caixa

a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no trimestre findo em 31 de março de 2018 e 2017. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Fornecedores - partes relacionadas	-	(8.981)
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<u>-</u>	<u>(8.981)</u>
Adições ao ativo intangível	-	8.981
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<u>-</u>	<u>8.981</u>

b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

## Notas Explicativas

### c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Debêntures</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(656.542)	(656.542)
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>		
Custos de transação	<u>153</u>	<u>153</u>
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	153	153
<b>Outras variações</b>		
Despesas com juros, variação monetária e cambial	<u>(14.376)</u>	<u>(14.376)</u>
<b>Total das outras variações</b>	(14.376)	(14.376)
Saldo Final	<u>(670.765)</u>	<u>(670.765)</u>

## 22. Eventos subsequentes

### Dividendos

Em 23 de abril de 2018, foi aprovado através da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 23.999, correspondente a R\$ 0,01097 por ação. O pagamento do dividendos foi realizado em 26 de abril de 2018.



## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da,  
RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

Ponta Grossa - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase – processo de encampação e desapropriação

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº1 b de 31 de março de 2018 e nota explicativa nº1 de 31 de dezembro de 2017, às informações contábeis intermediárias, que descreve que a Companhia é parte em diversas ações judiciais movidas pelo Governo do Estado do Paraná referentes ao processo de encampação e desapropriação. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Ênfase – Processo de investigação

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº1 às informações contábeis intermediárias, que descreve que sua Controladora CCR S.A. e determinadas companhias integrantes do Grupo CCR foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. Conforme mencionado na referida nota, sua controladora CCR S.A. criou um Comitê Independente que, em conjunto com seus assessores jurídicos e com empresa internacional de consultoria especializada, iniciaram investigação para apuração dos fatos noticiados. A Companhia, em conjunto com sua controladora CCR S.A., e seus assessores jurídicos e consultores especializados, efetuou avaliação sobre eventuais efeitos nas informações contábeis intermediárias da Companhia e concluiu que, se houver, não seriam materiais às mesmas. Todavia, as investigações ainda estão em andamento e portanto, não é possível determinar se serão revelados fatos que possam trazer impactos a outras empresas do Grupo, bem como se haverá qualquer efeito da Lei 12.846 em decorrência desse assunto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2018.

Ponta Grossa/PR, 10 de maio de 2018.

JUVÊNCIO PIRES TERRA

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CLÁUDIO JOSÉ MACHADO SOARES

DIRETOR OPERACIONAL

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2018.

Ponta Grossa/PR, 10 de maio de 2018.

JUVÊNCIO PIRES TERRA

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CLÁUDIO JOSÉ MACHADO SOARES

DIRETOR OPERACIONAL